Vereadores mineiros dobram os vencimentos

Belo Horizonte — Os vereadores desta capital decidiram seguir o exemplo dos parlamentares federais e, aproveitando um artificio da Lei Orgânica do Município, abriram uma brecha para aumentarem os próprios salários. A Lei Orgânica proibia gratificações, ajudas de custos e pagamentos de jetons aos parlamentares, restringindo os valores dos salários. Os vereadores aprovaram emenda que suprime a proibição. Com isso, caso a dinâmica de pagamento na Assembléia Legislativa seja alterada, eles poderão dobrar os salários.

Os vereadores recebem 75% dos salários dos deputados estaduais, de acordo com valores publicados no Diário Oficial. O ardil está no fato que a publicação está restrita ao salário (subsídio e representação), não abrangendo as verbas de gratificações e ajudas de custos — que, na realidade, duplicam os valores. Agora, explica o diretor da Câmara, Sérgio Coutinho, se a dinâmica na Assembléia Legislativa for alterada, ou seja,

se a publicação incluir os valores das gratificações, os vereadores receberão de acordo com o total.

Os vereadores iniciarão um lobby junto aos colegas estaduais para conseguir o que a emenda aprovada garantirá. A emenda à Lei Orgânica foi apresentada pelo vereador Raul Lima Neto (PMN) que, no entanto, negou a autoria. Ele justificou a decisão da Câmara, alegando que o Legislativo municipal não terá despesas extras. A emenda, que modificou o artigo 81 da Lei Orgânica, possibilitará, por exemplo, o pagamento aos vereadores dos três salários extras aprovados pela Câmara dos Deputados (caso esses sejam pagos também aos deputados estaduais).

Além disso, os vereadores aprovaram também a contratação de mais quatro assessores parlamentares por gabinete (são 37 vereadores), sem a necessidade de concurso público. Na verdade, eles aumentaram os valores dos pontos (cada ponto significa R\$ 88,15) que têm direito para contratação pessoal.